

RECP

Regulamento Eleitoral para constituição do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Saúde de Santa Maria

Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
N/A	Setembro 2025	Comissão Eleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Pág. 1 de 8



RECP

Preâmbulo

Ao abrigo do disposto no Decreto-lei n.º 25/2016, de 09 de junho, e em cumprimento do disposto no número 3, do artigo 10.º dos Estatutos da Escola Superior de Saúde de Santa Maria (ESSSM), homologados pelo Despacho n.º 4328/2019 e publicados no Diário da República, 2.ª série – n.º 80 de 24 de abril de 2019, elabora-se o presente Regulamento, tendo em vista a eleição dos representantes para o Conselho Pedagógico da Escola, a realizar no dia 29 de outubro de 2025.

Artigo 1.º

(Âmbito)

O presente Regulamento estabelece o processo eleitoral para a eleição dos novos elementos docentes para o mandato compreendido entre 2025-2029 e para os representantes discentes, para o ano letivo 2025-2026, a integrar o Conselho Pedagógico (CP) da ESSSM.

Artigo 2.º

(Eleição dos representantes para o Conselho Pedagógico)

- O CP é composto por número igual de representantes dos corpos docente e discente, num total de oito elementos, eleitos nos termos dos presentes Estatutos, devendo-se assegurar a representação das várias áreas técnico-científicas do conjunto dos cursos ministrados pela ESSSM;
- Caso não seja possível assegurar a representatividade descrita no ponto anterior, os elementos poderão ser selecionados de forma judiciosa, de acordo com as áreas técnicocientíficas lecionadas na ESSSM;
- 3. A eleição dos representantes do corpo docente é efetuada entre o conjunto dos:
 - a) Professores de carreira;
 - b) Equiparados a professor em regime de tempo integral com contrato com a escola há mais de 10 anos nessa categoria;
 - c) Docentes com o grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;
 - d) Docentes com o título de especialista não abrangidos pelas alíneas anteriores, em regime de tempo integral com contrato com a instituição há mais de dois anos.
- 4. São eleitores para os representantes docentes do CP todos os docentes internos a exercer funções na ESSSM.

Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
N/A	Setembro 2025	Comissão Eleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Pág. 2 de 8



RECP

- 5. A duração do mandato para o corpo docente é de quatro anos.
- 6. Os representantes discentes devem ser eleitos de entre os estudantes dos cursos conferentes de grau ou, com pelo menos, 120 ECTS, em funcionamento na ESSSM;
- 7. São elegíveis para o CP, todos os estudantes ordinários inscritos nos cursos de 1º ciclo e Técnico Superior Profissional da escola, nos trinta dias anteriores à data da realização das eleições.
- 8. São eleitores, todos os estudantes inscritos em qualquer unidade curricular/ curso ministrado na escola, nos trinta dias anteriores à data da realização das eleições.
- 9. A duração do mandato para o corpo discente é de um ano.

Artigo 3.º

(Comissão Eleitoral)

- A condução dos atos do processo eleitoral, a fiscalização e o apuramento final dos resultados da votação compete à Comissão Eleitoral, designada pelo Conselho de Direção (CD) da ESSSM.
- 2. A comissão eleitoral é constituída pelo/a Presidente e dois Vogais.
- Ao Presidente de cada comissão eleitoral competirá a direção das reuniões, competindo-lhe ainda informar o Presidente do CD de qualquer facto que comprometa o adequado andamento do processo eleitoral ou igualmente de tratamento entre eventuais listas candidatas.
- 4. Compete à Comissão Eleitoral:
 - a) Assegurar a legalidade do processo eleitoral;
 - b) Rever, conjuntamente com os elementos elegíveis, o Regulamento Eleitoral, aprová-lo e divulgá-lo;
 - c) Organizar e constituir o processo de voto digital;
 - d) Superintender a preparação, organização e funcionamento da campanha e do ato eleitoral;
 - e) Verificar a elegibilidade dos elementos das listas candidatas, decidir a sua admissibilidade e proceder à sua publicitação;
 - f) Zelar pelos princípios da liberdade de divulgação, da igualdade de oportunidade e de tratamento de candidaturas;

ſ	Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
ſ	N/A	Setembro 2025	Comissão Fleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Páa. 3 de 8



RECP

- g) Resolver quaisquer dúvidas ou questões que se coloquem na tramitação do processo eleitoral;
- h) Decidir das reclamações e protestos feitos durante o ato eleitoral;
- i) A fiscalização e o apuramento final dos resultados da votação;
- j) Converter os votos em mandatos;
- k) Elaborar e enviar ao CD uma ata na qual constem os resultados eleitorais e todas as questões que no decorrer do ato eleitoral tenham sido levantadas, designadamente os protestos apresentados, bem como as decisões que sobre as mesmas tenham recaído;
- I) Divulgar os resultados eleitorais.
- 5. Das decisões da Comissão Eleitoral, cabe recurso para o CD.
- 6. A Comissão Eleitoral inicia funções na data em que for nomeada pelo CD.

Artigo 4.º

(Processo eleitoral)

- O processo eleitoral inicia-se com a marcação da data de realização do ato eleitoral pelo CD.
- 2. A eleição é realizada pelo processo de listas representativas dos cursos de formação ministrados pela ESSSM, de acordo com o número 1 do artigo 2.º do presente Regulamento.
- A Comissão Eleitoral promove a publicação dos cadernos eleitorais atualizados, aprovados pelo CD.
- 4. As eleições realizam-se de acordo com o calendário eleitoral, constante do anexo 1 a este regulamento;
- 5. Os cadernos eleitorais provisórios são divulgados na página oficial da Escola, podendo ser apresentadas reclamações no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- 6. A Comissão Eleitoral decidirá das reclamações aos calendários eleitorais no prazo máximo de vinte e quatro horas, após a sua receção, e submetê-las-á à homologação do CD.
- 7. O CD procederá à divulgação dos calendários definitivos no prazo máximo de vinte e quatro horas.
- 8. As listas candidatas devem ser presentes à Comissão Eleitoral, por correio eletrónico (comissao.eleitoral@santamariasaude.pt), até às dezassete horas do dia definido no calendário eleitoral, subscritas por todos os candidatos, devendo incluir dois suplentes, sendo-lhe atribuída uma letra do alfabeto, de acordo com a ordem de apresentação.

Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
N/A	Setembro 2025	Comissão Eleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Pág. 4 de 8



RECP

- Todos os candidatos deverão submeter, individualmente, o termo de aceitação, devidamente assinado e datado, podendo ser enviado por correio eletrónico. (comissao.eleitoral@santamariasaude.pt).
- 10. A Comissão Eleitoral procederá à validação das listas até quinze dias antes do ato eleitoral, podendo ser apresentadas reclamações no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- 11. A Comissão Eleitoral decidirá das reclamações às listas no prazo máximo de vinte e quatro horas, após a sua receção, e submetê-las-á à homologação do CD.
- 12. O CD procederá à divulgação das listas definitivas no prazo máximo de vinte e quatro horas.
- 13. Será considerada eleita a lista candidata que obtiver a maioria dos votos.
- 14. Em caso de empate, realizar-se-á novo ato eleitoral, no segundo dia útil posterior.
- 15. Caso se verifique novo empate:
 - a) Os critérios utilizados para desempate no resultado da votação dos docentes serão os seguintes:
 - 1º critério: a antiguidade no desempenho de funções de docência na ESSSM;
 - 2º critério: o número de unidade curriculares lecionadas no curso.
 - b) O critério utilizado no caso de desempate no resultado da votação dos estudantes será o número de inscrição no curso (será eleito o estudante com número mais baixo).

Artigo 5.º

(Voto digital)

- 1. A modalidade de voto será através da plataforma moodle da ESSSM entre as 8h30 às 18h30.
- 2. A Comissão Eleitoral deverá garantir o bom funcionamento das plataformas digitais durante todo o período de votação.
- 3. O direito de voto é exercido pelos eleitores na plataforma moodle, utilizando para o efeito as suas credenciais de acesso à plataforma.

Artigo 6.º

(Funcionamento do voto digital)

1. Os eleitores podem reclamar para o endereço de correio eletrónico da Comissão Eleitoral (comissão.eleitoral@santamariasaude.pt), no prazo máximo de quarenta e oito horas.

Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
N/A	Setembro 2025	Comissão Eleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Pág. 5 de 8



RECP

Artigo 9.º

(Votos em branco ou votos nulos)

- São considerados votos em branco aqueles cujo boletim digital seja assinalado com tal pelo eleitor, no respetivo campo.
- 2. É considerado voto nulo caso o eleitor selecione mais do que uma possibilidade de voto.

Artigo 10.º

(Apuramento dos votos e ata)

- Após o encerramento do período de votação referido no número 1, do artigo 5.º, do presente Regulamento, os membros da Mesa de Voto procederão à determinação provisória do número de votantes, do número de votos entrados, do número de votos obtidos e do número de votos brancos.
- 2. Após a contagem, é elaborada a respetiva ata, que será assinada e divulgada publicamente, onde constarão:
 - a) Os nomes dos membros da mesa;
 - b) A hora de abertura e encerramento da votação;
 - c) As deliberações tomadas pela Mesa de voto;
 - d) O número total de eleitores inscritos e votantes, assim como a sua relação;
 - e) O número de votos em cada lista, os votos brancos e os votos nulos;
 - f) As eventuais divergências de contagem dos votos;
 - g) As reclamações, protestos e contraprotestos;
 - h) Outras ocorrências que careçam de menção.
- 3. A ata deve ser assinada por todos os membros da Mesa de Voto.
- 4. Qualquer membro da Mesa de Voto pode lavrar protestos na ata contra as decisões tomadas.
- 5. Toda a documentação relativa à votação será guardada pelo presidente da Mesa de Voto.
- Os resultados provisórios serão afixados divulgados na página oficial da Escola, podendo ser apresentadas reclamações no prazo máximo de vinte e quatro horas, via correio eletrónico (<u>comissão.eleitoral@santamariasaude.pt</u>).
- 7. A Comissão Eleitoral decidirá das reclamações, no dia útil seguinte à sua receção, e submetê-las-á à homologação do CD.

Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
N/A	Setembro 2025	Comissão Eleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Pág. 6 de 8



RECP

8. Posteriormente, o CD procederá à divulgação dos resultados definitivos no prazo máximo de vinte e quatro horas.

Artigo 11.º

(Apuramento final)

- 1. No dia útil seguinte ao das eleições, a Comissão Eleitoral reúne a fim de:
 - a) Apreciar e decidir as reclamações apresentadas, e para apurar os resultados finais;
 - b) Verificar todos os documentos provenientes da Mesa de Voto, elaborando com base neles a ata final, onde constará a soma dos votos que couberam a cada lista, por ordem decrescente e identificação da lista eleita.
- 2. A ata final é enviada ao CD para homologação e os resultados finais são afixados no átrio de entrada da ESSSM, e divulgados na página oficial da Escola.

Artigo 12.º

(Dúvidas e casos omissos)

- Todas as dúvidas e os casos omissos suscitados na interpretação e aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Comissão Eleitoral;
- 2. Sempre que se justifique pode a Comissão Eleitoral solicitar orientações ao CD, visando garantir o estabelecido na alínea m), do número 1, do artigo 13.º dos Estatutos da ESSSM.

Artigo 13.º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor após a sua aprovação em CD.

Revisão	Data	Elaborado:	Aprovado:	Homologação:	
N/A	Setembro 2025	Comissão Eleitoral	Comissão Eleitoral	Conselho de Direção	Pág. 7 de 8



Processo Eleitoral dos Representantes do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Saúde de Santa Maria

Calendário eleitoral

22 de setembro de 2025	Publicação dos cadernos eleitorais provisórios.
24 de setembro de 2025	Limite para apresentação de reclamações aos cadernos eleitorais.
26 de setembro de 2025	Homologação dos cadernos eleitorais pelo Presidente
	do Conselho de Direção e sua publicação.
3 de outubro de 2025	Limite para entrega das listas candidatas.
8 de outubro de 2025	Limite para validação das listas candidatas.
10 de outubro de 2025	Limite para apresentação de reclamações às listas.
	Candidatas.
13 de outubro de 2025	Limite para resposta às reclamações às listas
	candidatas.
14 de outubro de 2025	Homologação das listas candidatas pelo Presidente do
	Conselho de Direção e sua publicação.
15 de outubro de 2025	Início da campanha eleitoral.
27 de outubro de 2025	Fim da campanha eleitoral.
29 de outubro de 2025	Ato eleitoral e divulgação dos resultados provisórios.
3 de novembro de 2025	Limite para apresentação de reclamações aos
	resultados provisórios.
5 de novembro de 2025	Homologação dos resultados finais pelo Presidente do
	Conselho de Direção e sua publicação.